

ANEXO II – LEI 17.982/2014

TERMO DE RESPONSABILIDADE

ALVARÁ CONDICIONADO

_____,
(nome completo do representante legal da empresa), brasileiro (a), estado civil,
profissão (qualificação), portador da Carteira de Identidade nº _____
e inscrito no CPF/MF sob o nº _____,
residente e domiciliado _____,
vem, perante o Município do Recife, declarar, conforme ART nº _____,
ter ciência e assumir, sob as penas da lei, a
responsabilidade pelo cumprimento da legislação Municipal, Estadual e Federal
vigentes, acerca das condições ambientais e de higiene, segurança, estabilidade e
habitabilidade da edificação situada na

_____,
onde será (ou está) instalada a atividade e para a qual é requerido o Alvará de
Localização e Funcionamento Condicionado da Empresa

e, especificamente, pelo compromisso de que, no prazo máximo de até 24 (vinte e
quatro) meses, contados da data de concessão do Alvará de Localização e
Funcionamento Condicionado para a empresa em referência, será requerido o alvará
Definitivo e atendidos os requisitos e exigências previstas na legislação pertinente, em
especial aquelas relativas à acessibilidade da edificação.

Declaro ainda que serão cumpridas todas as normas de segurança pertinentes ao pleno
funcionamento da atividade, dentre elas:

1. Atestado de regularidade do Corpo de Bombeiros atualizado;
2. Atendimento da capacidade máxima de público, calculada de acordo com os
conceitos definidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;
*(exclusivamente para as atividades definidas no inciso IV, do Artigo 4º, desta
Lei);*
3. Não utilização de fogos de artifício no interior do estabelecimento;
*(exclusivamente para as atividades definidas no inciso IV, do Artigo 4º, desta
Lei);*

4. Definição de rotas de fugas através de sinalização e desobstrução permanente das mesmas;
5. Dimensionamento das portas de saída de acordo com determinações do Corpo de Bombeiros;
6. Atendimento a Lei Municipal nº 16.217/96 e a Norma Técnica nº 001/2012 – CTTU, referentes à realização de Carga e Descarga de mercadorias e bens.

Declara ainda, que está ciente de que a constatação, pela fiscalização da Secretaria de Política Urbana e Licenciamento ou outra que lhe venha a suceder com igual finalidade, do não cumprimento das obrigações previstas acarretará multa de 10% (dez por cento) do valor venal do imóvel, constante do Cadastro Imobiliário relativo ao imóvel onde funciona, e demais penalidades impostas nesta lei, podendo resultar na interdição automática do estabelecimento.

Recife, _____ de _____ de 20____ .

Representante legal da empresa:

Assinatura _____

Nome completo:

CPF: